

A família Assembléia

Iglésias, Foletto, Amaro, Gomes, Moreira... Os sobrenomes de mais da metade dos deputados se repetem na lista de assessores de gabinete

GABRIELA RÖLKE

Nova Casa, velhos hábitos. O nepotismo, prática antiga de se contratar parentes para cargos de confiança, é observado na maioria dos gabinetes parlamentares da Assembléia Legislativa. Dos 30 deputados eleitos há pouco mais de um ano - a maioria com a bandeira da renovação -, 17 nomearam pelo menos um parente. Entre os contratados há irmãos, primos, cunhados, filhos, cônjuges e sogras. A nomeação é livre. Cada parlamentar tem à disposição uma verba de R\$ 26,9 mil para custear 18 cargos de gabinete.

Os deputados que mais abrigam familiares são Fátima Couzi (sem partido), com um irmão, uma sobrinha e a mulher de um primo; Heraldo Musso (PFL), com um filho e dois sobrinhos; e Marcos Gazzani (PGT), com a mulher, um filho e um primo.

Além da mulher de Gazzani, há duas mulheres de deputados nomeadas nos gabinetes, uma garantia de reforço da renda familiar: Maria Jussara Iglésias, mulher do deputado Délio Iglésias (PSC), com um salário de R\$ 4,3 mil, e Sandra Regina Bezerra Gomes, mulher do deputado Gilson Gomes (PFL), com um salário de R\$ 1,9 mil. Sandra, que nas últimas eleições municipais disputou a Prefeitura Municipal da Serra, já trabalhava na Assembléia na legislatura passada, durante o terceiro mandato do marido.

Fraterno

Há cinco irmãos de parlamentares trabalhando no Palácio Domingos Martins. Cláudio Thiago (PL) nomeou os dois, Heloísa Helena Almeida Tiago Soares e Joarez de Almeida Tiago Soares, respectivamente para os cargos de subcoordenador de gabinete, com salário de R\$ 3,2 mil, e técnico sênior de gabinete, com salário de R\$ 2,8 mil. "Essas pessoas são de confiança e me ajudaram durante toda a minha campanha", explicou.

Os nepotistas usam argumentos parecidos. Cabo Elson (PDT), assim como Thiago, alegou necessidade de retribuição para contratar a irmã, a auxiliar de gabinete Maria da

Penha de Oliveira Batista, com um salário de R\$ 320,32. "Ela é uma guerreira, com grande sensibilidade social, e já trabalha comigo há 12 anos. Não seria justo, agora que eu fui eleito, deixá-la de fora", frisou.

Geovani Silva (PTB) também nomeou um irmão, Geovan Silva, para o cargo de motorista de gabinete, com um salário de R\$ 550,00. Ele apresentou uma justificativa mais dramática: "Desde os meus 16 anos, ajudo minha família. Meu irmão estava desempregado", justificou.

Sérgio Borges (PMDB), por sua vez, contratou o irmão, Hugo Borges Júnior, com um salário de R\$ 4,3 mil, para o cargo de supervisor-geral de gabinete. Segundo ele, Huguinho foi

nomeado porque é um "político experiente e um homem confiança". "Eu precisava de alguém assim para comandar o meu gabinete. Acho que você não pode nomear parente quando ele é incompetente", explicou.

Alguns primos de deputados também não foram esquecidos na hora da composição dos gabinetes. É o caso de Jean Carlos Coutinho, primo de Marcelo Santos (PTB); Edileusa Hand Vargas, prima de Edson Vargas (PMN); e Andrea Foletto Zurlo, prima de Paulo Foletto (PSB). Foletto é o segundo secretário da Mesa Diretora da Assembléia.

A filha do deputado Luiz Carlos Moreira (PMDB), Thaís Borneo Pereira, também foi nomeada para o cargo de supervisora de gabinete,

com um salário de R\$ 4,3 mil. Janete de Sá (PSB) nomeou a sobrinha, Janine de Sá Lima. Gilson Amaro (PRTB), a cunhada, Maria Lúcia Pereira Sales. E José Ramos (PFL) arranhou um cargo para a sogra, Neil Maria Casotti Pretti.

No dia 8 de maio, a reportagem de A GAZETA pediu à Mesa Diretora da Assembléia a relação com as nomeações em cada um dos 30 gabinetes parlamentares. O pedido foi atendido no dia 9, um dia depois que os demais deputados foram comunicados sobre a solicitação. No mesmo dia, Vanderson de Souza Vaillant foi exonerado pelo irmão, o deputado Robson Vaillant (PL). Vanderson ocupava o cargo de técnico júnior no gabinete do irmão e recebia um salário de R\$ 1,9 mil. Vaillant garante que a data da exoneração foi "apenas coincidência".

EXPLICAÇÃO

'Nomeei minha esposa porque ela é de confiança'

A confiança é a justificativa mais comum entre os parlamentares que nomeiam parentes. É o caso do deputado Délio Iglésias (PTC), que nomeou a mulher, Maria Jussara Iglésias. "Nomeei minha esposa porque ela é uma pessoa de confiança, foi ela quem coordenou minha campanha e trabalhou comigo durante todo o período em que fui vereador. Eu a coloquei como chefe de gabinete para ela poder coordenar minhas atividades políticas", justifica. O deputado Edson Vargas (PMN) usa o mesmo argumento em relação à contratação da prima, Edileusa Hand Vargas. "A Edileusa vem trabalhando para sucessivos deputados na Assembléia. Ocupo a sala de um ex-deputado para quem ela trabalhou. Há uma relação de confiança entre nós, por causa do grau de parentesco, mesmo que ela não seja tão íntima minha. Então, eu a mantive no gabinete. Não vejo qualquer dificuldade nisso, e ninguém pode ser discriminado por ter Vargas no sobrenome", disse.



Fábio Vicentini

Laços

Moreira contratou a filha, Thaís, enquanto Gilson Gomes reforçou o orçamento familiar empregando a mulher, Sandra

A lista oficial dos parentes

De acordo com as listas oficiais obtidas por A GAZETA no dia 9 de maio, a reportagem apurou que 17 dos 30 parlamentares da Casa nomearam 23 parentes, entre irmãos, primos, cunhados, filhos, cônjuges e sogras. A listagem dos funcionários foi repassada pela Mesa Diretora da Assembléia, a pedido da reportagem. O documento, entretanto, só foi entregue após a Mesa informar aos demais deputados sobre a solicitação. Cada parlamentar tem à disposição uma verba de R\$ 26,9 mil para custear 18 cargos de gabinete. Confira a lista com os parentes e o valor referente às funções que ocupam.



Deputado
Heraldo Musso

Luiz Theodoro Musso Netto

Filho R\$ 4.300,00

Etienne Coutinho Musso -

Sobrinha R\$ 802,56

Régis Bertazo Musso

Sobrinho R\$ 320,32



Deputado
José Ramos

Neil Maria Casotti Pretti

Sogra R\$ 1.899,92



Deputado
Geovani Silva

Geovan Silva

Irmão R\$ 550,00



Deputado
Marcelo Santos

Jean Carlos Coutinho

Primo R\$ 802,56



Deputado
Gilson Gomes

Sandra Regina Bezerra Gomes

Mulher R\$ 1.899,92



Deputado
Edson Vargas

Edileuza Hand Vargas

Prima R\$ 1.899,92



Deputado
Gilson Amaro

Maria Lúcia Pereira de Sales

Cunhada R\$ 1.899,92



Deputada
Fátima Couzi

Márcio Rocha Couzi

Irmão R\$ 802,56

Iolanda Berlando Alves Couzi

Mulher do primo R\$ 802,56



Deputado
Luiz Carlos Moreira

Thaís Borneo Moreira

Filha R\$ 4.300,00



Deputado
Cabo Elson

Maria da Penha de Oliveira Batista

Irmã R\$ 320,32



Deputado
Délio Iglésias

Maria Jussara Iglésias

Mulher R\$ 4.300,00



Deputado
Janete de Sá

Janine de Sá Lima

Sobrinha R\$ 320,32



Deputado
Sérgio Borges

Hugo Borges Júnior

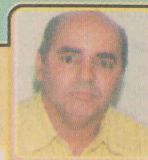
Irmão R\$ 4.300,00



Deputado
Marcos Gazzanl

Julio César Duarte Fernandes

Primo R\$ 3.500,00



Deputado
Cláudio Thiago

Helofsa Helena Almeida Tiago Soares

Irmã R\$ 3.200,00

Joarez de Almeida Tiago Soares

Irmão R\$ 2.800,16



Deputado
Paulo Foletto

Andrea Foletto Zurlo

Prima R\$ 2.800,16

Exonerado

Um dia depois de os parlamentares terem sido comunicados sobre o pedido de informações da reportagem de A GAZETA, Vanderson de Souza Vaillant foi exonerado pelo irmão, o deputado Robson Vaillant (PL), como mostra o Diário do Poder Legislativo (DPL) do dia 9 de maio. Vanderson ocupava o cargo de técnico júnior no gabinete do irmão e recebia um salário de R\$ 1.899,92. Vaillant garante que a data da exoneração foi "apenas coincidência".

Ata N.º 1.299

ATO N.º 1.299
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR, na forma do Artigo 61, § 2º, alínea "a", da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, VANDERSON DE SOUZA VAILLANT, do cargo em comissão de Técnico Júnior de Gabinete de Representação Parlamentar, código T3GRP, da Secretaria da Assembléia Legislativa, a partir de 08.05.2003.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em 09 maio de 2003.

CLAUDIO VEREZA
Presidente
ANSELMO TOSE
1º Secretário
PAULO FOLETTTO
2º Secretário

'Barriga de aluguel'

As listas oficiais obtidas por A GAZETA mostram que parentes da deputada Fátima Couzi (sem partido) foram nomeados no gabinete de Marcos Gazzani, e que parentes dele foram nomeados no gabinete dela. A troca é conhecida como 'barriga de aluguel'. Para o cargo máximo dos gabinetes, de supervisor geral de gabinete de representação parlamentar, com um salário de R\$ 4,3 mil, Fátima nomeou Gianderson Zeltzer Gazzani, filho de Gazzani. A sobrinha de Fátima, Nathalia Cassago Rocha Couzi, foi nomeada por Gazzani para o mesmo cargo. Além disso, a mulher de Gazzani, Ida Maria Zeltzer Gazzani, ocupa o cargo de técnico júnior de gabinete de representação parlamentar (TJGRP) no gabinete de Fátima. Pela função, ela recebe um salário de R\$ 1,9 mil.



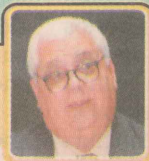
Deputada
Fátima Couzi

Gianderson Zeltzer Gazzani

Filho de Gazzani • R\$ 4,3 mil

Ida Maria Zeltzer Gazzani

Mulher de Gazzani • R\$ 1,9 mil



Deputado
Marcos Gazzani

Nathália Cassago Rocha Couzi

Sobrinha de Fátima • R\$ 4,3 mil

Exoneração retroativa

Anderson Márcio Coutinho Santos, irmão do deputado Marcelo Santos, estava nomeado no gabinete do deputado Rudinho de Souza (PSDB). A exoneração de Anderson foi publicada no Diário do Poder Legislativo (DPL) no dia 4 de junho, 26 dias depois de a Mesa ter informado aos deputados sobre o pedido de informação feito por A GAZETA. O ato, entretanto, saiu com data de 1º de maio. Anderson ocupava o cargo de coordenador-geral de gabinete e recebia um salário de R\$ 3,5 mil.

2- Diário do Poder Legislativo Vitória-ES, quarta-feira, 04 de junho de 2003

ATO N° 1.496

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR, na forma do Artigo 61, § 2º, alínea "a" da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **ANDERSON MÁRCIO COUTINHO SANTOS**, do cargo em comissão de Coordenador Geral de Gabinete de Representação Parlamentar, código CGGRP, da Secretaria da Assembléia Legislativa, do Gabinete do Deputado Rudinho de Souza, a partir de 1º.05.2003.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em 04 de junho de 2003.

CLAUDIO VEREZA

Presidente

ANSELMO TOSE

1º Secretário

PAULO FOLETTO

2º Secretário

A Gazeta Ed. de Arte

Sobrenomes cruzados nos gabinetes

Além de nomearem parentes no próprios gabinetes, os deputados Fátima Couzi (sem partido) e Marcos Gazzani (PGT) praticam a chamada "barriga de aluguel": Couzi emprega familiares de Gazzani, que nomeou parentes de Fátima.

O caso dos dois é curioso: para o cargo máximo dos gabinetes, de supervisor geral de gabinete de representação parlamentar, Couzi nomeou Gianderson Zeltzer Gazzani, filho de Gazzani. Para o mesmo cargo, só que em seu gabinete, Gazzani nomeou Nathalia Cassago Rocha Couzi, sobrinha de Fátima. O salário dos dois servidores é de R\$ 4,3 mil, mais auxílio-alimentação, no valor de R\$ 286,00.

Além disso, a mulher de Gazzani, Ida Maria Zeltzer Gazzani, ocupa o cargo de técnico júnior de gabinete de representação parlamentar no gabinete de Fátima. Ela recebe um salário de R\$ 1,9 mil.

Prática não tem impedimento legal no país

Marcos Gazzani tem parentes na equipe de Fátima Couzi, e ela na de Gazzani: é a chamada 'barriga de aluguel', o nepotismo disfarçado

GABRIELA RÖLKE

Gazzani, pai de Gianderson, informou que ele trabalha como motorista e atende escritórios de Marataízes e Itapemirim, onde tanto Fátima quanto ele têm base eleitoral. Perguntado sobre o motivo de seus parentes estarem nomeados no gabinete de Fátima, ele disse que a deputada fez as nomeações de gabinete primeiro e "adiantou" seu filho e sua mulher.

Trabalho conjunto

"Eles trabalham para nós dois, meu filho como motorista e minha mulher com a casa de apoio que mantenho em Jucutuquara. Ela atende às pessoas que vêm do interior, inclusive de Guaçuí, cidade da Fátima, e as encaminha para atendimento médico", disse.

"Além disso, minha mulher trabalhou

nessa casa durante quatro anos sem receber nada. Ela foi nomeada agora, por causa dos gastos exorbitantes que venho tendo com problemas jurídicos", justificou. O deputado responde a um processo em que é acusado de ter recebido propina para reeleger o ex-deputado José Carlos Gratz para a presidência do Legislativo, em 2000.

Sobrinha

"A sobrinha de Fátima, Nathalia Couzi, nomeada no meu gabinete, também trabalha com a assistência a essas pessoas que vêm do interior, e é responsável por fazer o acompanhamento do pessoal de Guaçuí que vem para cá", informou Gazzani.

Fátima Couzi, por sua vez, confirmou que Gianderson e Ida Gazzani, além de sua so-

brinha, trabalham para os dois parlamentares. "Gazzani tem esse local de assistência, e nós temos que trabalhar com a área da saúde. Ele colocou a minha sobrinha para fazer esse trabalho externo", disse. Segundo a deputada, seus parentes estão nomeados no gabinete de Gazzani porque o deputado fez as nomeações antes dela e precisava dos serviços de Nathalia Couzi.

O irmão do deputado Marcelo Santos (PTB), Anderson Márcio Coutinho Santos, também trabalhava na Assembléia, e como os parentes de Fátima e Gazzani, também havia sido nomeado no gabinete de outro parlamentar. Anderson havia sido nomeado para o cargo de coordenador-geral de gabinete do deputado Rudinho de Souza (PSDB), com um salário de R\$ 3,5 mil, mas foi exonerado. Sua demissão, retroativa ao dia 1º de junho, foi publicada no Diário do Poder Legislativo (DPL) do dia 4 de junho.

Freire pede pressa para lei antinepotismo

Prática não tem impedimento legal no país

No Brasil, ainda não há um impedimento legal para que autoridades públicas empreguem seus familiares. Em março de 2000, a proibição do nepotismo, uma das propostas da Reforma do Judiciário, que se arrasta pela Câmara dos Deputados desde março de 1992, não foi aprovada. A proposta, que teve 286 votos favoráveis e 153 votos contrários, previa a proibição para a contratação de parentes até o terceiro grau, por integrantes dos três Poderes.

Antes disso, em fevereiro de 2000, o então presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB), chegou a propor a elaboração de uma lei para fixar cotas para a contratação de parentes. Dessa forma, as autoridades públicas teriam o direito de contratar até dois parentes, e o nepotismo seria legalizado. O projeto de lei não chegou a ser elaborado.

A proposta sobre a proibição da prática do nepotismo fez parte do programa de Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em setembro de 2002, o então candidato à presidência apresentou, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em São Paulo, o caderno temático "Combate à corrupção - compromisso com a ética".

O documento previa, entre outros pontos, a proibição do nepotismo. Era uma peça integrante do programa de Governo do petista. De acordo com Lula, o programa seria usado "para detalhar um plano nacional de combate à corrupção", que seria instalado no país nos seis primeiros meses do seu Governo. O assunto, no entanto, não foi retomado após a posse do petista.

Trabalho conjunto

"Eles trabalham para nós dois, meu filho como motorista e minha mulher com a casa de apoio que mantenho em Jucutuquara. Ela atende às pessoas que vêm do interior, inclusive de Guaçuá, cidade da Fátima, e as encaminha para atendimento médico", disse.

"Além disso, minha mulher trabalhou

"A sobrinha de Fátima, Nathalia Couzi, nomeada no meu gabinete, também trabalha com a assistência a essas pessoas que vêm do interior, e é responsável por fazer o acompanhamento do pessoal de Guaçuá que vem para cá", informou Gazzani.

Fátima Couzi, por sua vez, confirmou que Gianderson e Ida Gazzani, além de sua so-

gislativo (DPL) do dia 4 de junho.

Freire pede pressa para lei antinepotismo

O deputado federal Roberto Freire (PPS), autor de um projeto de lei que proíbe o nepotismo, pediu à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados agilidade na análise de um recurso relativo à proposição. A proposta depende de um parecer favorável da Mesa para que possa ser desengavetado e votado.

De acordo com o projeto, os ocupantes de cargo, emprego ou função pública ficam proibidos de "nomear cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, para cargos ou empregos em comissão, bem como mantê-los nesses cargos ou empregos sob sua chefia imediata".

O deputado argumenta que "a autoridade pública deve proceder de maneira impessoal, e que a nomeação ou manutenção de parentes, sob sua chefia imediata, é uma situação sob permanente suspeita".

Além disso, segundo Freire, "embora os cargos em comissão sejam de livre nomeação e exoneração, as pessoas escolhidas devem gozar de confiança, do interesse político, não confundir com a confiança familiar, bem como de todos os requisitos indispensáveis ao fiel exercício de função pública".

O projeto foi elaborado em 1995 por Freire, então senador. Na época, a matéria foi aprovada no Senado, mas barrada na Câmara dos Deputados. Em 1997, foi reapresentada, aprovada novamente pelo Senado, e mais uma vez barrada, em agosto de 1999, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Um mês depois, no entanto, um grupo de parlamentares entrou com um recurso, na Mesa, contra o parecer da comissão. Após quatro anos, esse recurso continua engavetado. Aguarda a deliberação da Mesa sobre a sua constitucionalidade.



Ricardo Medeiros

União

Fátima e Gazzani admitem que seus parentes trabalham para os dois gabinetes, mas negam a intenção de disfarçar as contratações

A OPINIÃO NAS RUAS

O que você acha do nepotismo?

Fotos de Daniela Martins



EDUARDO BONELA
Aeroviário, 49 anos

Sou completamente contra. Acho que cargos públicos deveriam ser ocupados com a realização de concursos públicos. Onde o nepotismo é permitido, algumas autoridades públicas nomeiam pessoas simplesmente pelo grau de parentesco e não pela capacidade. A realização de concursos públicos é a melhor forma de selecionar pessoas capacitadas para ocupar vagas do serviço público.



GISELE MICAELA DOS ANJOS
Auxiliar de serviços gerais, 24 anos

Eu não concordo com o nepotismo e acho inclusive que empregar pessoas só porque elas são parentes é uma desonestidade. O nepotismo faz com que pessoas que têm capacidade não tenham a oportunidade de concorrer ao emprego. Há muita gente mais capacitada do que alguns parentes para exercer determinadas funções.



ADALTO ANTÔNIO SGRAMCIO
Comerciante aposentado, 69 anos

Acho errado empregar parentes. Há muita gente precisando de emprego, e às vezes as pessoas que precisam mais não conseguem a vaga porque ela foi preenchida por um parente de alguma autoridade pública. Além disso, fica feio empregar pessoas com menos capacidade e preparo do que outras só porque elas são parentes.



DANIELLY DEOLINDO DIAS
Estudante, 18 anos

Acho um absurdo. As coisas deveriam ser diferentes. Com esse negócio de nomear parente, pessoas com mais capacidade e experiência às vezes não conseguem emprego. Essas pessoas também precisam trabalhar. Algumas pessoas se preparam, fazem uma faculdade, e têm menos chance de conseguir um emprego porque não têm parentes em cargos de chefia no serviço público.